



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Segunda Sessão Extraordinária, do segundo ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos treze de março de dois mil e dezoito, às vinte e uma horas e dez minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Livro do Eclesiástico – Capítulo 8, versículos 1-5: “Não disputes com um homem poderoso para não caíres em suas mãos. Não contendas com um rico, para não suceder que ele use contra ti o peso de seu dinheiro; porque o ouro tem sido a perdição de muitos e a prata faz desviar até o coração dos reis. Não tenhas demanda com um homem falador e não jogues lenha em sua fogueira. Não convivas com pessoa ignorante para que não sejas desprezado pelos príncipes.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela Sessão fora previamente convocada para que a Casa deliberasse a respeito de matéria abaixo relacionado, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia, antes porém o Sr. Presidente disse que para esclarecer, em relação ao que o Fred falou, e que queria deixar claro que, realmente, houve uma reunião, mas uma reunião informal, e que ele era o primeiro a defender que a reunião de projetos importantes, todos os Vereadores tinham que participar, como já participaram, e que eles podiam ter certeza que quando tivesse uma reunião dessa envergadura, ele seria o primeiro a dizer para chamar todos os Vereadores, todo mundo integrado, confirmou com o Fred, todos caminhando ordeiramente, vendo os bons projetos e disse para terem a certeza que ele iria falar e que os Vereadores estavam ali e eram testemunhas e que ele seria o primeiro a falar para chamar a todos os Vereadores e participar todos, e disse para o Fred que aí eles não ficavam perdendo tempo com discussões e ficava mais claro e mais entendido; disse ao Fred que era para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

deixar claro e fazer o compromisso com todos; a seguir, dando início à Ordem do Dia, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 001/2018 do Executivo Municipal, que amplia vagas e substitui os Anexos I e XV, da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. O Sr. Presidente designou o Vereador Afonso Lopes da Silva como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 001/2018 do Executivo Municipal, que amplia vagas e substitui os Anexos I e XV, da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III, do R.I. cc Art. 142 LOM). Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que iria discorrer sobre o projeto e que, realmente, era um projeto de grande envergadura, e entre outras coisas disse que eles estavam, realmente, criando cargos permanentes no Município, e achava que o mínimo que eles tinham que fazer era discuti-los, e que sabiam que não poderiam apresentar emendas, enfim, e tinha toda dificuldade em relação a isso, e que eles sabiam, também, da dinâmica do Executivo e que eles gostariam que esse tipo de projeto... mas sabiam que tinham situações que eles tinham que votar um projeto de urgência, mas o projeto tinha entrado naquele dia, era um projeto de grande envergadura, e que deu uma breve olhada nele, e que eles estavam criando ali a contratação de dez vigilantes patrimoniais, eram dez cargos de vigilantes patrimoniais e mais dez cargos de motoristas, eram vinte, mais vinte assistentes de gestão pública, eram quarenta, mais cem professores de educação básica, eram cento e quarenta, eram cinquenta professores, seriam cento e noventa, e que, basicamente, pelo que estava ali seriam em torno de cento e noventa cargos; disse que no hoje tinham no Município, contando cargos em Comissão, funcionários permanentes, toda a parte de estrutura administrativa do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Município, estavam na ordem de dois mil e oitocentos e noventa e um cargos e que era um número, realmente, bem alto, fora o Hospital Municipal, que não estava ali, confirmou com o Luiz Carlos; disse que quando se criava cargos permanentes, esse impacto e que tinham o impacto orçamentário, e que isso iria discorrer para o resto das administrações que viriam, e que ele só falava isso porque era preocupante, sabiam da necessidade, tinha que acontecer, existia toda uma política para se acabar com os RPAs, aquelas questões que eles sabiam, mas existia, também, o impacto sobre a criação desses cargos na folha de pagamento, e, conseqüentemente, nos índices que o Tribunal de Contas exigia no cumprimento das prestações de contas; disse que eles cometeram há tempos atrás o equívoco deles não terem discutido um projeto que foi de grande envergadura, e que chegou na Casa e eles votaram de imediato, que foi a criação do Estatuto dos Funcionários Públicos, e mais uma vez eles estavam votando o projeto que, realmente, trazia um impacto muito grande para o Município, e que ele não teve a oportunidade de analisar o impacto todo, enfim, e como ele disse o Projeto tinha chegado naquele dia, e que ele ficou preocupado, disse ao Presidente, que a sua bancada tinha perguntado qual que seria o direcionamento deles, nesse sentido, e que ele disse que achava que eram cargos permanentes, ou seja, seriam ingressos por concursos públicos, de todos aqueles que ele falou ali, sim, e que falou para todos que ele não via problema, mas ele tinha imaginado que a reunião que ele falou que talvez teria naquele dia, com o Executivo, seria para tratar a respeito disso, e da condição de votar isso o mais rápido possível, e que quando falavam em ser regime de urgência ali no Município, de acordo com o Regimento Interno e Lei Orgânica, eles estavam falando em quarenta dias, Regime de Urgência, e quando eles falavam uma semana para votar um projeto, não era nada, não era nada, e que eles sabiam que acabando a sessão naquele dia, os projetos que tinham entrado naquele dia, no dia seguinte eles teriam reunião de Comissões, a dinâmica era essa, eles o discutiam, pelo menos o liam, e naquele dia eles abriram mão até da leitura do projeto, e o votavam na sessão subsequente, caso houvesse, realmente, a necessidade disso ocorrer; disse que mais uma vez eles iam discorrer favoravelmente ao projeto, mas gostariam que isso não acontecesse mais, e que sabiam de toda a dinâmica, eles sabiam, o Valdir já tinha sido Presidente, sabiam que existiam as conversas, as pressões e que vinham e tinham que votar, tinha que votar, mas não era justo com as pessoas que, às vezes, não tinha conhecimento e, às vezes, às pessoas que estavam acompanhando na sessão, que poderiam dizer: “Poxa! Como que podem votar



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

um projeto desse, dessa envergadura, sem o mínimo de discussão?” Disse que era isso que eles estavam votando, realmente, tinham que assumir, se no amanhã ou depois acontecessem alguns erros, como aconteceram anteriormente, tinham que votar dali três ou quatro sessões, porque houve um erro e tinham que adequar, e então, tinham que reconhecer, também, que eles estavam votando algo sem o mínimo de discussão na Casa e esta Casa o vinha fazendo sempre e muito bem feito; disse que gostaria de pedir mais uma vez que, pelo menos esse tipo de projeto, eles pudessem ter uma participação mais efetiva, enfim, mas ali tinha o apoio da Bancada, e disse que esperava e voltava a dizer que sempre falava e não podia deixar de dar uma cotucadinha, e que no hoje eles tinham recursos para se criar, e por mais que eles tivessem acompanhado o impacto e o Orçamento, o orçamento deles vinha crescendo, diferente dos últimos anos com a crise, tudo aquilo que eles imaginavam de Receita eles não atingiram, e tinham que cortar as Despesas; disse que, infelizmente, se cortavam sempre nas áreas mais cruciais, mas agora o Município estava tendo um aumento na arrecadação, com isso tendo condições de programar os investimentos, e era isso que eles estavam vendo ali, conseqüentemente, esses cargos iriam ser muito bem ocupados, principalmente, na área da Educação; parabenizou, dizendo que, realmente, esperava que isso trouxesse sempre bons frutos e agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que disse que queria mais uma vez falar que concordava com ele, e que ele sempre falava que era importante a discussão do projeto, e que, infelizmente eles ficavam naquela situação, e que eles queriam ajudar o Governo, eles entendiam a necessidade, e entendiam a urgência, todo mundo com boa fé, confirmou com o Fred, e resolverem rápido isso, a Secretária de Educação o procurou, a Nenê os cobrou, o Valdir, que estava ali, os cobraram, também, e que eles ficavam naquela saia justa, e que ficava querendo ajudar o Governo, sabia da necessidade deles, da urgência de caminhar com as coisas e também entendia o lado dos Vereadores, e o que ele sempre costumava falar, que eles tinham um “timer”, e que não podiam perder esse “timer” também, de se discutir um projeto, de vir numa reunião de Comissão, e entre outras coisas disse que às vezes passava e o Vereador acabava nem entendendo muito bem o projeto, e que tinha a preocupação de marcar esse tempo, mas era como ele falou, eles sofriam aquele choque e que ele entendia plenamente o Executivo, ficou bem entendido de sua parte e por isso que ele estava apoiando o projeto e pediu que fosse aprovado, porque ele entendeu a necessidade do Executivo e a urgência pelo Projeto, mas queria



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pedir e mais uma vez reforçar, em conversa com o Valdir, e disse ao mesmo que, pelo menos uma semaninha para eles discutirem o projeto, e que o Valdir tinha sido Vereador e sabia que era gostoso a discussão, o Vereador queria participar, dar sua opinião, de repente o projeto precisava de ajustar alguma coisa, colocava-se uma emenda, e que, realmente, ficava um pouco em cima, mas, mais uma vez, se precisasse votar, o seu voto seria favorável e daria seu apoio ao Governo, mas deixava aquele alerta, no sentido, disse ao Fred, de ter ao menos uma semaninha para discutirem o projeto; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que era justamente essa posição que ele falava, ele, como Presidente sabia de todas as informações, e que ele já esteve daquele lado, o nobre Secretário também já esteve, e eles sabiam aquilo que eles ouviam, e que, às vezes, com os Colegas não tinha essa, todo mundo tinha esse dia a dia para tentar discutir esse tipo de problema; disse que, o que achava mais plausível quando num momento como esse, chamasse para uma reunião lá, convidava todo mundo, quem não pudesse ir, infelizmente, não iria, mas pelo menos já saía mais ou menos; se tinha que votar naquele dia, entraria naquele dia e teria que votar naquele dia e eles já estariam sabendo, e que achava que isso seria muito mais interessante, na Secretaria ou no próprio Gabinete, não teria problema nenhum, ele não via problema nenhum, também, e entre outras coisas disse que não via problema nenhum em se fazer esse tipo de artifício que existia no Regimento, na Câmara Municipal, e que estava falando porque muitas vezes chegavam nele e falavam: “tem que votar o projeto hoje”, e que isso acontecia, mas não era justo, realmente, com os Colegas, que poderiam perguntar por que eles estavam votando? Disse que nada mais justo do que eles serem chamados para uma reunião, onde seria dito: “preciso disso, vou aumentar isso, o impacto é esse, concordam?” Disse que eles argumentariam, porque não poderiam apresentar emendas mesmo, não teria tempo hábil, e que dariam a opinião, pelo menos eles estariam cientes daquilo que eles iriam fazer ali naquele dia; disse que seu posicionamento foi justamente para defender aquele lado dele, e também defender o lado dos Colegas que, às vezes, não tinha essa informação, indagariam como fariam? E que estava certo. A seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que, realmente, ele tinha uma posição como Vereador novato ali, de também eles estarem discutindo as coisas em regime de urgência, justamente, porque ele, realmente, gostava de ler, de analisar, e que achava que o Vereador tinha que ter essa postura, mas, infelizmente, tinha alguns casos que eles acabavam sendo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

escravos, tanto da lei, quanto dos prazos, e eles tinham que dar resposta para o Executivo, para que a máquina não parasse, de certa forma; disse que só uma coisa que o Fred colocou ali e ele discordava, na verdade, não estava criando cargo, pelo que ele entendeu ali, estava ampliando vagas, e que criava cargo quando se criava cargos novos ou que não estava na nomenclatura da Prefeitura, e que ele entendeu, que estava ampliando vagas, e outra, que iria chamar cento e noventa vagas, mas também não iria ser de uma paulada só, e que sabiam como era o chamamento para a questão do pessoal que fazia concurso, geralmente, demorava um prazo, aí e que ele só queria deixar claro que, na verdade não estava criando cargos, estava ampliando vagas; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luiz Tozzi de Camargo que disse que, diante da discussão do projeto, ele gostaria de ressaltar, exatamente os números que ali estavam contidos para, primeiramente, esclarecer, o que eles estavam discutindo; disse que eram vinte cargos de assistentes de gestão pública, passando no seu quantitativo total dentro do Município, para duzentas e vinte e cinco vagas; dez de motoristas, passando o seu quantitativo total para noventa vagas; dez de vigilante patrimonial, passando o quantitativo total para setenta e oito vagas; cem de professor de educação básica um, PEB I, passando o seu quantitativo para quatrocentas vagas; cinquenta de professor de educação básica dois, PEB II, passando seu quantitativo para duzentas e setenta e duas vagas; disse que comungava ali da opinião do Fred e do Silva, com todo o respeito às demais opiniões em contrário, principalmente, quando eles tratavam nas Comissões, e isso eles vinham levando com muita seriedade, ao longo do ano passado e início desse, que os projetos fossem em tempo hábil para eles discutirem, realmente, eles passavam a ordem natural das coisas, e que ele entendia, também, que na última discussão do Estatuto, eles tiveram duas reuniões abertas, com os servidores, discutiram amplamente, ainda assim, equívocos passaram, que eles precisavam corrigir agora e que não era uma matéria tão simples para ser tratada; disse que também entendia o lado da Educação, como a Cássia, eles se sentaram na cadeira da Educação e defenderam essa bandeira; a Educação tinha um princípio básico, que eram os duzentos dias letivos, e que lidar com o tempo, às vezes, poderia prejudicar o essencial; disse que estavam lidando ali, com situações emergenciais, sim, disse ao Vereador Silva, porque algumas escolas ou a rede, podiam sofrer um impacto muito grande se esses servidores ali não estivessem lá; na sua modesta opinião, Educação e Saúde tinham que ser prioridade, sempre, a qualquer momento; disse que ele tinha certeza que a Gestão levava com muito primor,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

essas questões lá dentro da Secretaria e não havia nenhum devaneio ou nenhuma loucura sendo proposta, e que, realmente, era uma necessidade que a rede estava apresentando para não comprometer os dias letivos, da Rede Municipal que eles precisam aprovar e ver isso com certa brevidade; pediu, encarecidamente, à Secretaria de Governo, à Secretaria de Gabinete, que essas questões sempre viessem com certa antecedência, no pior cenário mesmo com uma reunião com todos os Vereadores, como eles já tinham feito em outras situações, que foram emergenciais, e isso esclarecia, favorecia o diálogo ali e, realmente, eles eram pegos, às vezes, de surpresa, em algumas situações; disse que, diante desse cenário, era lógico que ele não podia nem pensar em dizer o contrário, ele era favorável, cem por cento favorável, até porque a Pasta que estava solicitando era a Educação, como se viesse da Saúde, seria cem por cento favorável também, não em detrimento às outras, mas ele tinha certeza que aquelas duas tinham prioridade e aquelas duas, principalmente, tinham questões que surgiam emergenciais, e eles tinham que tomar as providências ali, no mesmo tempo; disse que ele era favorável ao projeto, e pediu ao Presidente, também, que se comunicasse com o Executivo para que não se criasse esse hábito, e que esse hábito era prejudicial ao próprio andamento da Casa, e as Comissões reclamavam com toda justiça de não ter esse espaço para ter o diálogo e a discussão; agradeceu pela atenção de todos; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que gostaria de parabenizar, realmente, disse ao Vereador Silva, que foi equívoco dele, pediu desculpas, eles não estavam criando cargos e sim ampliando as vagas pelos cargos, pelos serviços, enfim, mas que o Ti o ajudou, rapidinho, mas a preocupação deles, eles sabiam, sempre foi essa, no sentido de diminuir o encargo dos RPAs na Administração Pública e que ele voltava a dizer que, por mais que eles criassem os cargos eles iriam ter, ainda, que contar com esses profissionais no dia a dia da Administração Pública; disse que o Ti tinha feito um cálculo rápido, e só esses cento e noventa cargos que eles iriam criar, existiam no Estatuto, que os funcionários públicos do Estatuto, podiam dar até oito faltas abonadas por ano, e alguém no Plenário disse sete, e o Sr. Alfredo completou que tinha mais o aniversário, e ainda, do Plenário disseram que eram seis mais o aniversário, e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto continuou, que eram sete, e fazendo um cálculo rápido ali, eles teriam ainda, contratando mais cento e noventa, eles teriam ainda mais setenta funcionários que teriam, de uma certa forma, repor esses dias perdidos por essas pessoas que tinham esse direito já no Estatuto do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Município, e que ele queria dizer que eles sabiam que existia a cobrança, mas se eles também não revissem isso, eles teriam um problema que nunca iria acabar no Município, que eram as faltas sem as justificativas, abonadas, que estavam no Estatuto e que precisavam rever isso, e que era direito, mas que estavam falando que nenhuma empresa no mundo funcionava dessa forma, e que se queriam acabar, não iriam acabar com o RPA, e se o objetivo era esse não iria acabar; achar que aquilo ali iria resolver o problema do RPA não iria, iria sempre precisar; disse que estava falando que a pessoa faltar sem o mínimo de justificativa, ele não concordava, pediu desculpas, e que era a opinião dele e ele tinha que estar falando para todos e que o desculpassem os funcionários, mas que ele não concordava, sem dar a justificativa, e que podiam ir ao médico, apresentavam atestado, isso era justo, mas sem o mínimo de justificativa... disse que se contava com o funcionário e no amanhã ele não vinha, os alunos estavam esperando o professor para dar aula, não ia, e que tudo bem, e entre outras coisas disse que num imprevisto a pessoa não ia, avisava depois; diante de manifestação no Plenário, ele disse que sabia disso, mas não se conseguia coordenar toda uma sistemática, precisava-se desses profissionais, por isso que ele achava que era muito mais fácil que a Casa tivesse que se posicionar, e que ele sempre falou isso em reuniões, quando existiam apontamentos do Tribunal de Contas, eles não podiam acatar simplesmente, “Ah, não pode ter RPA”, e que iria precisar de RPA, e que isso que ele estava dizendo e que se isso fosse um apontamento que desabonasse qualquer conta, tinha que contar com eles para dizer que isso, não, não tinha como falar que vai acabar com isso, e que era isso que eles estava querendo deixar claro, e as discussões do Estatuto, tinha que ser sempre discutido e ampliado para que, realmente, a máquina funcionasse cada vez mais, porque eles estavam dando condições sempre para que o Município cada vez crescesse e prestasse um serviço a contento, e que era essa sua opinião e ele, particularmente, não concordava que existisse sete ou oito abonadas no ano, sem justificativa; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, que novamente cumprimentou os presentes, dizendo que discorrendo sobre o assunto que tinha acabado de ser aventado, tinham alguns princípios que tinham de ser respeitado, o Estatuto era uma lei complementar de dois mil e nove, entretanto, em dois mil e treze houve um Decreto expedido pelo Poder Executivo, que regulamentou as faltas abonadas, então, elas tinham de ser com vinte dias de antecedência, quem faltasse, que não fosse dentro daquele prazo iria ser descontado o dia mesmo, e o servidor somente conquistava aquele espaço porque aquilo era uma conquista do serviço



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

público, e a iniciativa privada não tinha aquela situação, mas o serviço público Estadual já existia, só o municipal que não tinha e quando o Estatuto foi feito ele dava para o servidor aquela prerrogativa e ele não via como nenhuma coisa abusiva, até porque ele militava na área pública há mais de vinte anos como servidor público, aquilo não era nada abusivo e tinha funcionado muito bem pelas escalas que eram feitas e o chefe imediato quem determinava quem poderia sair e quem não poderia, então, aquilo não era prejudicado, e o que eles estavam discutindo naquele projeto exatamente era uma disposição do Ministério Público, onde ele vinha de enfrentamento ao Executivo sobre os RPAs, então, quando o Executivo tomava atitude de prover concurso público, cumprindo a Constituição e exatamente ampliando vagas para que aquilo se efetivasse, eles tinham de bater palmas, realmente, era cumprir uma meta constitucional, dentro da meta constitucional eles tinham de avaliar muito a questão financeira, era evidente e os relatórios que estavam lá contidos, a grosso modo observados, eles estavam dentro daquela previsibilidade, claro que dentro das leis orçamentárias que aprovaram dentro da Casa, então, diante daquele cenário era mais do que necessária aquela situação, de colocarem, porque a cobrança do Ministério Público, muitas vezes, e lá ele fazia uma vênua à opinião contrária do próprio MP mas, muitas vezes a cobrança não levava em consideração que eles tinham duzentos dias para serem cumpridos, não levava em consideração como funcionava uma máquina pública funcionando, trocar o pneu do carro com ele em movimento, era aquilo que eles estavam discutindo, daí os três poderes passaram a ser todos submissos a um, ou seja, o quarto poder que não existia na Constituição, e com todo o respeito a opinião deles e em contrário também, mas ele não poderia deixar de falar aquilo, poderia mudar o prefeito, o presidente da república, o Governador, quem quisesse, eles iam exatamente pegar naquelas situações, e no dia anterior ele teve o prazer de participar de uma palestra do Tribunal de Contas com o Presidente do Tribunal de Contas e se ouvissem aquela palestra, ele diria a todos para irem embora, fecharia, apagaria a luz e acabou tudo, só que quem iria cuidar da Saúde, da Educação, da Segurança Pública, do Transporte? Eram eles, eles estavam lá para fazer aquilo e tinham de ter coragem, e ele escutou aquilo da boca do Ministro, no dia anterior, na abertura do congresso dos Municípios, que disse que para ser político teria de ter coragem, e tinha de ter coragem para enfrentar aquela situação também; então, naquele momento eles precisavam se unir em prol da população, prejudicar as crianças PEB I, PEB II, a segurança das escolas, os motoristas dos transportes escolares, não poderiam, e o servidor



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

público, com todo o respeito, ele era da categoria, tinha a Presidente que representava a categoria, ele era a favor, sim, das abonadas, concordava que o estatuto poderia passar por uma ou mais revisões, ele achava que tinham pontos que precisavam melhorar, mas tirar um direito do servidor ele, infelizmente, não poderia concordar, e mais uma vez ele reiterava que a necessidade da Educação estava lá porque outros Órgãos controladores não permitiam que Órgãos trabalhassem independentemente, infelizmente, e ele não estava falando de abusos, e quem estava pedindo lá era cargo para concursado, não era cargo em comissão, não era para legitimar legalidade e tinham de dar aquela atenção necessária; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ele achava que a discussão estava indo para outro rumo, que o questionamento deles com aquele projeto e com outros que passaram lá, pelo menos tivesse encaminhado uma cópia, eles iriam votar favorável, antes eles já tinham se posicionado votarem favorável, e o que eles queriam era ter feito um comparativo, olhado o impacto orçamentário, visto os percentuais com gastos com pessoal, era aquilo que eles queriam, e não eram contrários, então, ele achava que estava indo para um outro rumo que não vinha ao caso, e eles sabiam que se fosse cargo em comissão, com certeza ele achava que a discussão seria diferente; naquela noite fizeram uma indicação do PTB e ele tinha a certeza que o PTB apoiou a indicação da criação da Secretaria de Acessibilidade e Mobilidade, mas eles tiveram o cuidado de estarem pedindo para que fossem excluídos alguns cargos em comissão, para compensar lá aquela despesa que estaria sendo criada da nova Secretaria, e quanto ao cargo permanente na Educação ou qualquer outro que fosse, eles eram favoráveis, mas aquele era o questionamento deles, eles precisavam receber aquilo antes, por email, do projeto facilitaria para eles, mas de qualquer forma o PTB já se posicionou para votar favorável ao projeto, e que começava a ir para um outro lado que não iria levar a nada; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, cumprimentando a todos novamente e dizendo que ele não poderia deixar de ir para outro lado, ele só estava dando um exemplo daquilo que ele tinha convicção e voltava a dizer que o Waltinho tinha sido perfeito que, realmente, o projeto foi de dois mil e treze que foi complementar um decreto de dois mil e doze, que eles não discutiram, que lá era no Estatuto e o funcionário público tinha sete ou oito, era aquilo não falava quanto tinha de ser pedido, ele era daquela forma, houve um posicionamento que poderia ser mudado através de uma regra, que poderia ser mudado através de um outro decreto, não precisaria mais da Câmara e ele estava falando que eles não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discutiram aquilo, naquele momento, que, realmente, era de suma importância, além de mudar todo um cenário que o Município tinha, aquela ampliação de vagas era justa mas não ia acabar um problema que era o RPA, eles sabiam que precisavam daqueles funcionários e era aquilo que ele estava querendo deixar claro, por mais que criassem por uma recomendação do Ministério Público, do Tribunal de Contas, ele não engolia mais pessoal, aquele pessoal lá ia e falava que ele tinha de ser daquele jeito, fazer assim ou assado, então, que sentassem lá e fizessem, acabava tudo aquilo que, na Constituição foi criada, eles achavam que sabiam mais do que todo mundo, sendo que lá eles foram eleitos para assumir uma função, a mais digna de todos, eles eram eleitos, tinha gente que sentava lá e ficava lá com mordomias infinitas e tinham de falar que eles estavam fazendo coisa errada (naquele momento o Sr. Presidente fez um aparte e disse que iria fazer uma pergunta para o senhor Alfredo, para ele emendar lá, e questionou com base no que foi criada a falta justificada, sendo faltas justificadas, para ele entender?), o Sr. Alfredo Chiavegato disse que foi uma discussão no Estatuto, que foi criada junto com o servidor e foi criado aquilo, mas eles sabiam que no Estado tinha mas, ele não sabia se era para todos os servidores, e lá estava indistintamente, qualquer servidor público poderia solicitar as abonadas, e tudo bem, ele só deu um exemplo da envergadura de um projeto e daquilo que eles estavam discutindo naquela noite, e ele só deu a opinião dele porque, às vezes, os funcionários poderiam falar, ele só estava dando a opinião dele, ele estava sendo o mais franco possível com todo mundo e por mais que eles criassem, eles iriam precisar dos caras que eram os RPAs, que eles não iam acabar com eles, daí o Ministério Público falaria: “mas vocês não acabaram?” E minava a conta do Prefeito, não ia acabar nunca e tinham de deixar claro que não ia acabar nunca, mas ele só pediria, mais uma vez, e não queria voltar a discutir mais aquilo; disse que ele achava que ele nunca tinha votado contra um projeto ao longo dos vinte e poucos anos de Vereador, contra aquilo que a Administração Pública propunha com o crescimento da máquina, ou seja, a criação de cargos e ampliação de vagas, eles sempre solicitaram ao Executivo que, na medida do possível, ele fizesse o possível, ele fizesse uma compensação, tirava de um lado, colocava do outro, mas o que eles estavam vendo lá era ampliando por causa da necessidade do concurso público, para manter um número de funcionários próximo daquilo que existiam recomendações mundiais, que o número de funcionário público por habitante, era que não sabiam o número da população, porque cada hora mudava, não tinha um dado específico, era cinquenta e cinco mil, mas o número de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

funcionários estava bem acima do limite que existia a recomendação mundial mas, sempre tentando com tudo aquilo melhorar um projeto, e naquele dia estavam aceitando o projeto, não estavam dando opinião, por causa de uma situação que tinha sido proposta lá naquele momento, e ele pediu desculpas se se estendeu, foi para outro lado, enfim, ele só quis dar um exemplo que era um projeto de grande envergadura e eles tinham de dar exemplo, era o mínimo que a Câmara Municipal tinha de fazer; a seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 001/2018 do Executivo Municipal, que amplia vagas e substitui os Anexos I e XV, da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, lembrando que a seguir, teria início a Sessão Extraordinária para segunda discussão do Projeto ora discutido. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

